

Processos Identitários, Representações Sociais e Migrações: Reflexões sobre a Identidade Latino-Americana

Identity Processes, Social Representations and Migration: Reflections on Latin American Identity

JULIA ALVES BRASIL E ROSA CABECINHAS¹

Resumo

Neste artigo apresentamos algumas discussões que integram o projeto de Doutoramento em Estudos Culturais, intitulado "Identidade latino-americana: processos identitários e representações sociais entre latino-americanos migrantes e não migrantes", o qual tem como objetivo analisar como se configuram os processos identitários de indivíduos latino-americanos a partir das representações sociais e da dinâmica de pertencimento social em contexto latino-americano e em contexto de migração.

Para tanto, desenvolvemos uma breve reflexão sobre: a construção das ideias de América Latina e de identidade latino-americana; a Teoria das Representações Sociais; a Teoria da Identidade Social; e as migrações. Argumentamos que a articulação entre estes aportes teórico-conceituais e a análise dos processos de construção identitária associados também a fenômenos migratórios possibilitarão um diálogo interessante no sentido de compreender como se dá a dinâmica de identificação social de indivíduos latino-americanos no tocante a esta "identidade latino-americana".

Palavras-chave: América Latina; identidade latino-americana; identidade social; migração; representação social

Abstract

In this paper we present some discussions that are part of the Ph.D. project in Cultural Studies, entitled "Latin American Identity: identity processes and social representations among Latin American migrants and non-migrants", which aims to analyze how the identity processes of Latin American individuals are configured from the social representations and the social belonging dynamics in the Latin American context and in the context of migration.

With this aim, we develop a brief reflection on: the construction of the ideas of Latin America and Latin American identity; the Social Representations Theory; the Social Identity Theory; and migration. We argue that the articulation between these theoretical and conceptual contributions and the analysis of the processes of identity construction also associated with migratory phenomena enable an interesting dialogue in the sense of understanding how the social identification dynamics of Latin American individuals with regard to this "Latin American identity" unfolds.

Keywords: Latin America; Latin American identity; social identity, migration; social representation

¹ Universidade do Minho e Universidade de Aveiro; Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, campus de Gualtar, Universidade do Minho, Braga, Portugal Endereços eletrônicos: juliaalvesbrasil@gmail.com; cabecinhas@ics.uminho.pt

1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A AMÉRICA LATINA E A IDENTIDADE LATINO-AMERICANA²

A construção da América Latina pressupõe um conjunto de mudanças políticas, econômicas e sociais, ocorridas ao longo dos séculos nos diferentes países que a compõem. Assim, da mesma forma que o próprio conceito de América Latina se constitui a partir de heterogeneidade, diversidade, unidade e conflito, também os processos de identificação/desidentificação com a pertença a essa região enquanto um grupo psicológico de referência podem variar.

Não há consenso entre historiadores, sociólogos, geógrafos e demais pesquisadores das diferentes áreas que estudam a América Latina quanto ao surgimento deste conceito. Apesar das divergências, Farret e Pinto (2011) identificam a análise do historiador chileno Miguel Rojas Mix (1991) como a possivelmente mais acurada no que se refere à primeira utilização deste termo. De acordo com este autor, o termo “América Latina” foi utilizado pela primeira vez, em 1856, por Francisco Bilbao, um pensador chileno, durante uma conferência em Paris. Em seguida, o termo já pôde ser encontrado novamente, três meses depois, em um poema do jornalista colombiano, José Maria Torres Caicedo³.

Além das imprecisões com relação à origem do termo “América Latina”, também o seu conceito é controverso. Entendendo-se que toda definição é arbitrária e que, dependendo do referencial adotado, diferentes configurações são possíveis. Para fins deste artigo, utilizaremos a delimitação da Organização das Nações Unidas (ONU), publicada no ano de 2013, segundo a qual são 22 os países, regiões ou áreas que compõem a América Latina (excluindo-se as regiões insulares caribenhas): Argentina, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Guiana, Guiana Francesa, Honduras, Ilhas Malvinas, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

A partir do século XV, com as grandes navegações, inicia-se o processo de internacionalização econômica e cultural, desenvolvendo-se o comércio entre a Europa, o Oriente e a América, e depois o processo de colonização europeia dessas regiões, que, no caso da América Latina, se deu especialmente por portugueses, espanhóis, franceses, ingleses e holandeses. Esse processo provocou profundas mudanças econômicas, políticas e sociais nas regiões envolvidas, como a convivência (longe de ser pacífica) entre os povos indígenas nativos, os europeus e os africanos levados para o continente por meio do tráfico negreiro, que, ao longo do período colonialista, coexistiu com a escravidão destes negros africanos e também dos indígenas do continente americano (Canclini, 2007).

No século XIX, desdobra-se a maioria dos processos de independência dos países latino-americanos. No entanto, sabe-se que estes processos não significaram

² A proposta desta pesquisa de doutoramento é decorrente de algumas reflexões desenvolvidas a partir dos resultados encontrados no mestrado da autora deste projeto: Brasil, J. A. (2012) *Latino-americanos e Europeus no Brasil: Analisando Processos Migratórios e Identitários no Estado do Espírito Santo*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo/Brasil.

³ “La raza de la América latina, Al frente tiene la sajona raza, Enemiga mortal que ya amenaza, Su libertad destruir y su pendón” (Caicedo, 1856, citado por Farret & Pinto, 2011: 37, grifo nosso).

a independência econômica, cultural, política e social destes países, permanecendo, ainda, a perspectiva eurocêntrica na política de muitos deles, adotada, marcadamente, por suas elites políticas (Quijano, 2005). Este é o caso, por exemplo, do Brasil, que desenvolve, ao longo deste mesmo século, uma política de branqueamento da população brasileira, através da imigração de europeus para o país (Ribeiro, 1995). É também no século XIX que se começa a utilizar a denominação “América Latina” e, a partir deste momento, os parâmetros de oposição e comparação que antes se centravam entre o “Novo Mundo” (as colônias na América) e a Europa, passam também a se configurar entre os Estados Unidos da América – EUA, como parte da América Anglo-Saxônica, e a América Latina (Farret & Pinto, 2011; Oliveira, 2005).

Na primeira metade do século XX, como diferencia Canclini (2007: 42), dá-se um processo de transnacionalização, que vai além da internacionalização, iniciada na época das navegações, “ao gerar organismos, empresas e movimentos cuja sede não se encontra exclusiva nem predominantemente numa nação”. Enquanto, na segunda metade do século XX, inicia-se a globalização, que, além de envolver os aspectos referidos nos processos anteriores, ainda intensifica as relações econômicas e culturais de modo interdependente e em uma escala mundial (Canclini, 2007). É ao longo deste século que a América Latina passa por um processo de modernização, reflexo do neoliberalismo e da globalização, ou melhor, das globalizações, em caráter plural (André, 2012; Santos, 2003), que se intensificam neste período, promovendo o desenvolvimento da região, sem, contudo, eliminar as desigualdades econômicas e sociais que se configuram como um dos obstáculos para a integração latino-americana⁴ ainda na atualidade (Gallucci, 2009; Kaplan, 1994).

Esse modo diferente de modernização da América Latina não deve ser interpretado como um atraso, e sim como uma forma plural em que se interagem e combinam tradições, modernidade e pós-modernidade. É nesse sentido que, com o processo de modernização latino-americana, evidencia-se o fato de que “suas contradições e discrepâncias internas expressam a heterogeneidade sociocultural, a dificuldade de realizar-se em meio aos conflitos entre diferentes temporalidades históricas que convivem em um mesmo presente” (Canclini, 1989/2011: 83). Desde o início do processo de construção dos países latino-americanos já foi se desenvolvendo uma mistura entre europeus, indígenas, africanos, entre outros, que marcam essa heterogeneidade sociocultural da região e cuja conciliação se constitui em um desafio também para as tentativas de modernização e integração. Já nos “projetos de independência e desenvolvimento nacional, vimos a luta para compatibilizar o modernismo cultural com a semimodernização econômica, e ambos com as tradições persistentes” (Canclini, 1989/2011: 326). Essa diversidade cultural da população, das

⁴ Acerca desta integração, desde a década de 1950 houve uma série de acordos de integração regional e de livre-comércio na América Latina, como o Mercado Comum Centro Americano (MCCA), a Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC), o Mercado Comum Caribenho (CARICOM) e a Comunidade Andina das Nações (CAN), que não obtiveram muito sucesso no sentido da integração. Porém, outros acordos deram origem a organizações supranacionais que trouxeram melhores resultados, pois permitiram o aumento de investimentos estrangeiros nesses países e a ampliação dos fluxos comerciais dentro e fora da região, como é o caso do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) (Marra, 2008).

suas tradições e também dos diferentes movimentos sociais, políticos e econômicos que permeiam os países latino-americanos, faz parte do sincretismo característico da América Latina, que por muito tempo foi considerado como fator de atraso para o crescimento da região (Bucchioni & Ogassawara, 2009), mas que constitui a peculiaridade da sua construção.

É nessa perspectiva que Canclini (2007) argumenta que a identidade latino-americana, como uma entidade única e homogênea é algo imaginado, havendo identidades diversas que convivem neste espaço latino-americano, neste “permanente laboratório de identidades” que é a América Latina (Martín-Barbero, 2002: sp). Além disso, Canclini (2007) ressalta que, para se entender a construção da América Latina e dessa “identidade latino-americana” há que se considerar também a história que essa região compartilha com a Europa há séculos e até o momento atual e as relações que possui com os EUA. Contudo, mesmo havendo essa diversidade de possibilidades de identificações e de construções identitárias em uma mesma região, não se exclui a possibilidade da existência de uma chamada “identidade da América Latina”, considerando-se exatamente esta condição da identidade como algo plural, flexível e sócio-historicamente construído. Por mais difíceis que possam ser os caminhos para se analisar e discutir esses processos e por mais imprecisas e complexas que sejam essas delimitações do que seriam a “América Latina” e a “identidade latino-americana”, “não podemos negar que existe, do ponto de vista geopolítico, uma região reconhecida mundialmente como sendo a América Latina” (Farret & Pinto, 2011: 32).

E é em meio a essas relações entre diversos “outros” que se dá a construção da América Latina no imaginário social, como uma categoria social de pertença, que vai se constituindo neste contexto político-cultural, em que “se ha ido desarrollando un proceso identitario dinámico, polifacético y multipolar, atravesado por una serie de contradicciones” (Solis, 2000: 9), e que avança no sentido de alcançar um reconhecimento e aceitação do que há de comum e de diferente entre os diferentes países desta região, seja em termos políticos, econômicos ou sociais (Solis, 2000).

2. A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

O conceito de representação social, ainda que apresente até o momento uma “definição aberta” (Vala & Castro, 2013: 585), foi inaugurado com a publicação, em 1961, da obra de Moscovici intitulada *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Neste trabalho, a partir da influência de diferentes conceitos propostos por diversos estudiosos, como Durkheim, Lévy-Bhrul e Piaget, o autor investigou como a psicanálise estava sendo apropriada por diferentes segmentos da sociedade francesa, ou seja, como um conhecimento científico era apreendido e modificado pelo conhecimento do senso comum. A partir deste estudo inaugural, a Teoria das Representações Sociais (TRS) tem sido utilizada no estudo de diferentes objetos sociais e também em articulação com diferentes conceitos, a exemplo da identidade social, conforme proposto neste artigo.

O termo “representação”, no contexto desta teoria, possui um caráter processual, de forma que representar não significa reproduzir, duplicar ou copiar a realidade na mente das pessoas (Jesuino, 2011), mas participar de forma ativa do processo de construção de si e da sociedade, reafirmando-se, desse modo, uma concepção de sujeito como “sujeito ativo, construtor da realidade social e nela construído” (Santos, 2005: 17). Dessa forma, uma representação social pode ser entendida como uma teoria do senso comum (Moscovici, 1961/2012), como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet, 2001: 22). Contudo, não é todo conhecimento do senso comum que pode ser considerado como representação social (Santos, 2005). Para isso, “o objeto deve ser polimorfo, isto é, passível de assumir formas diferentes para cada contexto social e, ao mesmo tempo, ter relevância cultural para o grupo” (Santos, 2005: 22), de modo que esteja implicado em alguma prática do grupo social em questão, sendo por isso necessária a elaboração e a partilha do seu significado (Sá, 1998).

As representações sociais são construídas e compartilhadas para fins de comunicação e de orientação para a ação (Santos, 2005), além de “tornar familiar algo não-familiar” (Moscovici, 2009: 54). E, para se elaborarem as representações sociais, dois processos interdependentes se articulam, a objetivação e a ancoragem (Moscovici, 1961/2012). A objetivação é um “processo que permite tornar real um esquema conceptual e dar a uma ideia uma contrapartida material” (Vala & Castro, 2013: 586). E a ancoragem, pressupõe a incorporação de elementos do objeto a um sistema de pensamentos, categorias e significações já existente, familiar e de fácil acesso à memória (Santos, 2005).

O papel que as representações sociais desempenham nas práticas e nas relações sociais é evidenciado nas funções que possuem, dentre elas, destacam-se: a) função de saber – as representações sociais tornam familiar algo novo, permitindo entender, explicar e significar a realidade; b) função de orientação – funcionam como guias para a ação, orientando práticas e condutas; c) função justificadora – atuam como parâmetros de justificação de comportamentos e práticas; d) função identitária – auxiliam na identificação e diferenciação grupais, visto que, ao compartilharem certas representações sociais acerca de determinados objetos, os indivíduos se sentem pertencentes a certos grupos e não outros (Almeida, 2005; Santos, 2005; Sá, 1998).

A TRS vem sendo entendida como uma “grande teoria” (Doise, 1990; Sá, 1998), destacando-se três abordagens principais: a) abordagem culturalista ou processual, fortemente representada por Jodelet (1989/2005), se constitui numa abordagem que se mantém mais próxima à proposta original de Moscovici, ao enfatizar o processo de construção das representações sociais, a partir de métodos como a etnografia, “privilegiando claramente um enfoque histórico e cultural para a compreensão do simbólico” (Almeida, 2005: 127); b) abordagem estrutural ou do núcleo central, desenvolvida principalmente por Abric (1993, 1998), propõe que as representações sociais são compostas por um núcleo central, com elementos mais estáveis e consensuais,

e um sistema periférico, com elementos mais flexíveis, e mais sensíveis a mudanças, situando-se na interface entre a realidade e o sistema central; c) abordagem social ou sociodinâmica, proposta por Doise (1992, 2002) e Doise *et al.* (1992), a qual utilizaremos em nosso estudo.

O estudo das representações a partir desta última abordagem pressupõe três fases de análise: 1) campo representacional, por meio do estudo do campo semântico relacionado ao objeto da representação; 2) princípios organizadores, através da identificação das diferenças individuais que constituem a variação deste campo; e 3) processos de ancoragem dos princípios organizadores, que são divididos em três tipos. O primeiro é a ancoragem psicológica, orientado pelas crenças e valores individuais; o segundo é a ancoragem sociológica, a partir da pertença dos indivíduos a categorias sociais variadas; e o terceiro é a ancoragem psicossocial, que se constitui por meio do posicionamento dos sujeitos em relação às suas diferentes inserções na sociedade (Doise, 1992; Doise *et al.*, 1992).

Segundo esta abordagem, ainda, atribui-se grande importância à articulação entre quatro níveis de análise (intraindividual, interindividual, intergrupar e social), designada articulação psicossocial, como possível caminho para aprimorar a compreensão dos fenômenos sociais. Tais diferentes níveis se constituem da seguinte maneira: a) Nível intrapessoal – analisa processos intrapessoais, como as pessoas organizam suas experiências, percepções, avaliações e comportamentos em relação ao meio em que se encontram inseridas; b) Nível interindividual – analisa processos situacionais, interpessoais, como as pessoas interagem em determinadas situações, sem considerar as diferentes posições que elas podem ocupar em outras situações, em outros grupos de pertença; c) Nível intergrupar – analisa processos intergrupais, as diferentes posições que as pessoas podem ocupar nas relações sociais e como essas posições podem influenciar nos processos dos dois níveis anteriores; d) Nível social – analisa como as representações, avaliações, comportamentos das pessoas podem ser modulados, em certas situações, pelos sistemas de crenças, valores, ideologias característicos de determinados grupos e contextos culturais (Doise, 2002).

3. A TEORIA DA IDENTIDADE SOCIAL

A Teoria da Identidade Social (TIS) começou a ser desenvolvida na Inglaterra, pela chamada escola de Bristol, especialmente com os pesquisadores Henri Tajfel e John Turner (que depois desenvolveu a teoria da autocategorização), com a intenção de pesquisar as relações intergrupais e a identidade, em um âmbito além do individual (Cabecinhas, 2002).

A TIS envolve três principais conceitos: a categorização social, a comparação social e a identidade social. A categorização social se refere a um processo cognitivo necessário para que os indivíduos organizem informações e definam seu lugar na sociedade (Tajfel, 1974, 1983). Através deste processo “[...] se reúnem os objectos ou acontecimentos sociais em grupos, que são equivalentes no que diz respeito às ações, intenções e sistemas de crenças do indivíduo” (Tajfel, 1983: 290). Assim, “um

indivíduo define-se a si próprio e define os outros em função do seu lugar num sistema de categorias sociais” (Cabecinhas & Lázaro, 1997: 2). O segundo processo, o de comparação social, implica que, ao realizar comparações entre o seu próprio grupo (originalmente referido por Tajfel como *ingroup* ou endogrupo, na tradução para o português) e o grupo de relação/comparação (chamado de *outgroup* ou exogrupo), os indivíduos tendem a atribuir características positivas ao seu grupo e negativas ao outro grupo, a fim de manter sua autoimagem positiva (Hogg & Abrams, 1999; Tajfel, 1982a, 1983).

Em meio aos processos de categorização e comparação sociais, há uma tendência a se fazerem generalizações e hipersimplificações de certas categorias, constituindo-se os estereótipos sociais (Tajfel, 1982a, 1982b, 1982c). Estes estereótipos sociais também auxiliam os indivíduos na organização cognitiva do seu meio e na proteção dos seus valores (Tajfel, 1982a), através de três funções: diferenciação positiva do endogrupo em relação ao exogrupo – atribuição de características positivas ao *ingroup*, para manter uma distintividade positiva; função justificadora – que pode variar de acordo com o *status* do grupo, caso seja um grupo minoritário, auxilia na ressignificação de estereótipos negativos que possam ser relacionados a este grupo, e caso seja de um grupo de *status* superior, fornece elementos para justificar a superioridade deste grupo em relação a outro(s); explicação causal – fornecimento de explicações que permitam simplificar o entendimento do mundo em que se encontram os indivíduos (Tajfel, 1982a, 1982b).

Essas comparações entre diferentes grupos, associadas ao processo de categorização social e ao uso de estereótipos, levam os indivíduos a realçarem diferenças entre o seu grupo e aquele(s) percebido(s) como mais similares ao seu endogrupo, visto que, como afirma Tajfel (1983: 388), “somos o que somos, *porque* eles não são como nós” (grifo do autor). A pertença a um grupo, segundo o referencial da TIS, se refere a uma pertença psicológica, que se dá a partir de: a) um aspecto cognitivo, segundo o qual os indivíduos se reconhecem como pertencentes a determinado(s) grupo(s); b) um aspecto avaliativo, a partir do qual os indivíduos realizam avaliações (positivas ou negativas) acerca do seu pertencimento a este(s) grupo(s); c) e um aspecto emocional, referente aos sentimentos, afetos ou emoções que podem ser conjugados às outras dimensões dessa pertença (Tajfel, 1982c, 1983).

A noção de grupo, então, segundo esta teoria, é a de um grupo psicológico, sem a necessidade de relações presenciais, face a face, que pressupõem uma relação objetiva e a divisão de espaços partilhados entre alguns indivíduos, como em geral se tem entendido o conceito de grupo (Tajfel, 1974, 1983). Convém ponderar, contudo, que não bastam estes três aspectos (cognitivo, avaliativo e emocional) para que um grupo exista, é importante também que outras pessoas reconheçam a existência deste grupo, um reconhecimento “externo”. Assim, ambos os critérios, o “interno” e o “externo” são necessários para se definir uma identificação grupal (Tajfel, 1982c).

Considerando-se a variedade de categorias e grupos sociais aos quais se pode pertencer, várias são também as identidades que um indivíduo pode ter, de forma

que a importância dessas pertencas pode variar de acordo com o contexto em que se encontra e com o(s) grupo(s) de comparação em determinadas situações (Tajfel, 1982c, 1983). A identidade social, enquanto “aquela parcela do autoconceito dum indivíduo que deriva do seu conhecimento da sua pertença a um grupo (ou grupos) social, juntamente com o seu significado emocional e de valor associado àquela pertença” (Tajfel, 1983: 290), se configura, portanto, como uma construção social, sendo relacional, flexível e mutável.

A busca dos indivíduos por alcançar uma identidade social segura e positiva e manter a distintividade positiva do seu *ingroup* faz com que eles possam se utilizar de estratégias diversas para evitar uma identidade negativa, o que depende das crenças que possuem acerca das relações intergrupais. Assim, tanto os grupos de *status* social inferior quanto os de *status* superior podem sentir que sua identidade está ameaçada e buscar fazer algo para recuperar a segurança (Cabecinhas, 2002; Tajfel, 1974, 1982b). Uma das estratégias possíveis, adotada especialmente entre grupos de *status* social inferior, é a mudança social, que se trata de uma estratégia coletiva, a partir da qual o grupo tenta mudar sua condição desfavorável. Ela se baseia nas crenças de que a estratificação social existente é grande e ilegítima, e que é possível tentar, enquanto grupo, mudar a situação (Tajfel, 1974, 1982b, 1983).

Finalmente, outra estratégia possível é a mobilidade social, que se constitui como uma estratégia individual, segundo a qual os indivíduos podem tentar mudar de grupo a partir de um abandono psicológico ou objetivo do mesmo (Tajfel, 1974, 1982b, 1983). Baseia-se nas crenças de que as divisões entre os grupos são permeáveis e flexíveis e que é possível tentar mudar para outro grupo de *status* superior, seja através de trabalho, sorte ou outra razão. Ao adotar a estratégia da mobilidade social “o estatuto do seu grupo anterior não muda, ou seja, é uma estratégia individualista com o objectivo, pelo menos a curto prazo, de alcançar uma solução individual e não uma solução grupal” (Cabecinhas, 2002: 151).

4. A ARTICULAÇÃO ENTRE IDENTIDADES SOCIAIS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Alguns estudos (Bonomo, 2010; Breakwell, 1993; Cabecinhas, 2004; Deschamps & Moliner, 2009; Howarth, 2002, Joffe, 1995; Moreno & Moons, 2002; Souza, 2004; Vala, 1993, 1997; Vala & Castro, 2013) enfatizam a importância do uso articulado das representações sociais com as construções identitárias e os contextos grupais, visto que, “as representações se constroem em função das inserções sociais dos indivíduos e, ao mesmo tempo, elas modulam as relações sociais entre esses mesmos indivíduos” (Deschamps & Moliner, 2009: 131). Desse modo, a partir também da sua função identitária, como já discutido, percebe-se que as representações sociais que os indivíduos partilham acerca da sua realidade exercem um papel importante na formação de suas identidades, podendo orientar identificações/diferenciações sociais. Por outro lado, as identidades sociais também influenciam na concordância, na exposição e no uso de representações sociais, de modo que diferentes objetos

podem ser ressignificados pelos grupos a partir de seu contexto social e de suas relações intergrupais (Breakwell, 1993; Deschamps & Moliner, 2009).

A articulação entre estas duas perspectivas teóricas (TIS e TRS) encontra mais força quando proposta a partir da abordagem sociodinâmica, ao se considerar que as representações sociais não implicam maneiras homogêneas de pensar, partindo das diferentes inserções dos indivíduos na sociedade e de suas experiências. Dessa forma, para entender o comportamento social e as relações grupais, precisamos também entender o contexto mais amplo de inserção dos indivíduos (Almeida, 2009), o que pode ser alcançado em estudos que articulem a TIS com a TRS.

Destaca-se também a importância de considerar a análise do processo de ancoragem das representações sociais na efetivação dessa articulação entre relações intergrupais, identidade social e representações sociais, como discute Vala (1993: 911-912):

[...] a teoria da identidade social oferece as bases para o entendimento da formação simbólica dos grupos sociais e para a compreensão da ancoragem social das representações sociais [...]. Falar de uma representação social implica, pois, que se identifique o sujeito social dessa representação, ou seja, o grupo social em que ancora ou as identidades sociais que lhe subjazem.

Conforme argumenta este mesmo autor em outra obra, esta articulação entre as representações sociais (RS) e as relações intergrupais leva em consideração dois níveis de análise do processo de ancoragem:

Num primeiro nível de análise, a ancoragem das RS refere-se ao papel das RS enquanto âncoras que apoiam a construção de categorias identitárias, de clivagens sociais e de posições sociais. Neste sentido, as RS encontram-se a montante das identidades sociais e das relações entre grupos. Num segundo nível de análise do processo de ancoragem, no qual nos situamos dentro desta pesquisa, referimo-nos às âncoras necessárias ao processo de construção das RS, entre as quais as identidades sociais (Vala, 1997: 9).

Nesse sentido, Vala (1997) afirma que a análise da articulação entre a TIS e a TRS pode levar a estudos que foquem (a) no papel que as identidades sociais podem ter na construção de redes de comunicação em que se aprendam e transformem representações sociais; (b) nos impactos que as representações sociais da estrutura social podem ter na construção de categorias identitárias; (c) no papel que as identificações contextuais podem ter na atualização das representações sociais sobre um mesmo objeto.

5. AS MIGRAÇÕES COMO CONTEXTO DE CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

O estudo do objeto “identidade latino-americana”, a partir dos referenciais teóricos apresentados, pode ser favorecido por meio da análise conjunta de outro fenômeno, as migrações, que permitem a apreensão dos processos envolvidos na construção identitária, em diferentes contextos. As migrações não são uma exclusividade do momento atual em que vivemos, fazem parte da história humana e da constituição de nossas culturas (Hasse, 2007; Sarriera *et al.*, 2005).

No entanto, o cenário contemporâneo de globalizações, pode intensificar estes movimentos, especialmente ao, por um lado, facilitar o contato e interconexão entre diferentes países e regiões e, por outro, aumentar as desigualdades existentes entre eles. Atualmente, a Organização das Nações Unidas (ONU, 2013) estima que há cerca de 232 milhões de migrantes internacionais no mundo. E essa migração de pessoas entre diferentes regiões do mundo em geral se dá devido à procura de melhores condições de vida (Froese, 2010; Martine, 2005; Patarra & Baeninger, 2006), entendendo-se que essas “melhores condições” podem ser de cunho diferente para cada pessoa, havendo indivíduos que migram na busca por emprego ou oportunidade de estudo, por relações amorosas ou familiares, entre diversas outras razões (Froese, 2010; Sarriera *et al.*, 2005; Tassara & Rabinovich, 2007). Migrar envolve, então, mudanças de território, mas também possíveis mudanças de hábitos, novas relações e conexões (Sarriera *et al.*, 2005).

No que concerne ao contexto latino-americano, assiste-se, nas últimas décadas, a um movimento inverso ao observado durante o processo de construção destes países, que passam na atualidade a se constituir, primordialmente, como países remetentes de imigrantes e não apenas receptores, sendo frequentes relatos de dificuldades de inserção destes latino-americanos nos países de destino (Celade, 2006; del Castillo & Herrera, 2007; Martes, 2004; Martine, 2005; Padilla, 2009; Peixoto, 2012; Pellegrino, 2004; Wiley, 2013), o que reafirma a importância da realização de estudos nessa área.

As dificuldades de inserção dos imigrantes fazem parte do processo de adaptação destes indivíduos ao país de destino, ao longo do qual é possível se observar transformações tanto nos grupos migrantes quanto no grupo dominante do país receptor (às vezes em menor intensidade), desdobrando-se processos de aculturação, que evidenciam diferentes formas de interação de indivíduos e grupos nas atuais sociedades plurais (Berry, 2001, 2011). O estudo dessas diferentes formas como os indivíduos e os grupos podem se relacionar tem sido realizado a partir de diferentes modelos teóricos (e.g., Berry, 2011; Phinney & Alipuria, 2006). No âmbito deste artigo não nos prolongaremos nas discussões destes modelos de aculturação, porém, reafirmamos que as migrações possibilitam o contato entre pessoas de diferentes culturas e tornam saliente o processo de comparação social, estimulando a classificação que os indivíduos estabelecem entre “nós” e “eles”, mecanismo basilar à construção da identidade social (Tajfel, 1983), o que faz com que as migrações funcionem como um interessante contexto de estudo dos processos de construção identitária, e, em nosso caso, da identidade latino-americana.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas neste artigo se desenvolveram a partir de algumas questões que orientaram o desenvolvimento do projeto de doutoramento do qual este trabalho faz parte: De que América Latina estamos falando? O que os latino-americanos entendem por América Latina? O que significa esta *identidade*

latino-americana? O que faz com que os indivíduos se identifiquem (e identifiquem os outros) como pertencentes ou não ao grupo dos *latino-americanos*? É possível compreender a *América Latina* como um grupo psicológico de referência de pertencimento para os indivíduos, migrantes e não migrantes, provenientes desta região?

Ao tentar responder a essas questões, acreditamos que a articulação entre os aportes teórico-conceituais apresentados se mostra como um interessante recurso analítico no intuito de compreender as relações intergrupais e como estas produzem e são produzidas pelas representações sociais, no constante processo de construção identitária. Nesse sentido, discorreremos sobre alguns aspectos relativos à TRS e à TIS, pois entendemos que as representações sociais influenciam e são influenciadas pelas identidades sociais dos indivíduos, especialmente no que diz respeito às categorias sociais e às imagens vinculadas a diferentes grupos.

A partir desta perspectiva, articular a investigação das representações sociais que indivíduos de diferentes países latino-americanos possuem acerca da identidade latino-americana, com a análise do processo de construção identitária destes indivíduos, constitui-se num importante exercício teórico-conceitual e prático, de modo que, a partir das diferentes pertencências sociais/grupais dos indivíduos (por exemplo, brasileiros, peruanos, entre outros), podem-se encontrar diferentes representações acerca do mesmo objeto, da mesma forma que, as diferentes representações sociais que os indivíduos possuem do objeto podem orientar processos de identificação diversos. Outro aspecto a ser considerado é o de que, conforme discutem Cruz e Arruda (2008: 791), “quando o próprio grupo se constitui no objeto social que demanda significação, a função identitária é ainda maior: cabe a ele estabelecer os sentidos que irão delinear o pertencimento, a comunhão, a diferença e a exclusão, assim como traçar o porquê dessas delimitações”. Isto porque, como continuam as autoras, fazendo uso de uma citação de Jodelet (1998), “a alteridade é produto de duplo processo de construção e de exclusão social que, indissolúvelmente ligados como os dois lados duma mesma folha, mantêm sua unidade por meio dum sistema de representações” (Cruz & Arruda, 2008: 791).

Ademais, quando o objeto social que requer significação é um grupo supraordenado e, como em nosso caso – América Latina – um grupo supranacional, torna-se ainda mais evidente a necessidade de compreender as representações sociais partilhadas acerca do grupo supraordenado para perceber como se configura a dinâmica identitária destes indivíduos. Desse modo, para analisar como os indivíduos lidam com essa relação dialética que apontamos entre suas múltiplas pertencências grupais e suas teorias compartilhadas acerca de suas categorias de pertença, também o *status* percebido dos seus subgrupos de pertença (por exemplo, o país de origem) pode influenciar nas representações em relação ao grupo supraordenado e também nos processos de identificação. Estas relações são observadas, por exemplo, no caso da União Europeia, em que indivíduos nascidos em países a ela pertencentes são considerados também como membros do grupo supraordenado (Chrysochoou, 2000). Já o caso latino-americano apresenta suas particularidades por não se tratar

também de uma união ou organização supranacional já instituída com os mesmos objetivos e delimitações da União Europeia, mas sim de uma região definida por critérios sociais, políticos, geográficos, históricos e linguísticos específicos e variáveis a depender do referencial adotado, conforme discutimos anteriormente.

Portanto, o estudo dos processos identitários envolvidos na relação destes indivíduos com a sua pertença psicológica a grupos supraordenados, como a América Latina, se faz de grande importância no contexto atual, visto que nas sociedades plurais contemporâneas é importante entender como as pessoas negociam suas pertenças e estabelecem a distinção entre “Nós” e “Eles” em um nível supraordenado. Esses processos estão na interação entre relações sociais e intergrupais, dinâmicas identitárias e teorias leigas sobre o mundo (Chrysochoou, 2000: 418, tradução nossa).

Tendo em vista as reflexões desenvolvidas, ressaltamos que não pretendemos com este artigo esgotar todas as possibilidades de análise acerca das temáticas apresentadas, mas sim (re)pensar possibilidades de discussão sobre os processos identitários de indivíduos latino-americanos a partir das representações sociais e da dinâmica de pertencimento social em contexto latino-americano e em contexto de migração.

FINANCIAMENTO

Este artigo foi desenvolvido no âmbito do projeto de doutoramento financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

REFERÊNCIAS

- Abric, J. C. (1993) 'Central System, Peripheral System: Their Functions and Roles in the Dynamics of Social Representations', *Papers on Social Representations*, 2(2): 75-78.
- Abric, J. C. (1998) 'A Abordagem Estrutural das Representações Sociais' in Moreira, A. S. P. & Oliveira, D. C. (eds.) *Estudos Interdisciplinares de Representação Social*, Goiânia: AB, pp. 27-38.
- Almeida, A. M. O. (2005) 'A Pesquisa em Representações Sociais: Proposições Teórico-Metodológicas' in Santos, M. F. S. & Almeida, L. M. (eds.) *Diálogos com a Teoria das Representações Sociais*, Recife: Ed. Universitária da UFPE/Ed. Universitária da UFAL, pp.119-159.
- Almeida, A. M. O. (2009) 'Abordagem Societal das Representações Sociais', *Sociedade e Estado*, 24(3): 713-737.
- André, J. M. (2012) *Multiculturalidade, Identidades e Mestiçagem: O Diálogo Intercultural nas Ideias, na Política, nas Artes e na Religião*, Coimbra: Palimage.
- Berry, J. W. (2001) 'A Psychology of Immigration', *Journal of Social Issues*, 57(3): 615-631.
- Berry, J. W. (2011) 'Integration and Multiculturalism: Ways towards Social Solidarity', *Papers on Social Representations*, 20: 2.1-2.21.
- Bonomo, M. (2010) '*Identidade Social e Representações Sociais de Rural e Cidade em um Contexto Rural Comunitário: Campo de Antinomias*', Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Psicologia Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo.

- Brasil, J. A. (2012) '*Latino-americanos e Europeus no Brasil: Analisando Processos Migratórios e Identitários no Estado do Espírito Santo*', Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo.
- Breakwell, G. M. (1993) 'Social Representations and Social Identity', *Papers on Social Representations*, 2(3): 198-217.
- Bucchioni, X. A. & Ogassawara, J. S. (2009) 'VERSUS: A Busca por uma Identidade Cultural Latino-americana', *Revista Contracampo*, 20: 94-106.
- Cabecinhas, R. (2002) '*Racismo e Etnicidade em Portugal: Uma Análise Psicossociológica da Homogeneização das Minorias*', Tese de doutorado, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e Departamento de Ciências da Comunicação, UMINHO, Minho.
- Cabecinhas, R. (2004) 'Representações Sociais, Relações Intergrupais e Cognição Social', *Paidéia*, 14(28): 125-137.
- Cabecinhas, R. & Lázaro, A. (1997) 'Identidade Social e Estereótipos Sociais de Grupos em Conflito: Um Estudo numa Organização Universitária', *Cadernos do Noroeste (Braga)*, 10(1): 411-426.
- Canclini, N. G. (1989/2011) *Culturas Híbridas*, São Paulo: EdUSP.
- Canclini, N. G. (2007) *A Globalização Imaginada*, São Paulo: Iluminuras.
- CELADE – Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (2006), *Migración Internacional de Latinoamericanos y Caribeños en Iberoamérica: Características, Retos y Oportunidades*, Documento de Referência, Santiago do Chile: CEPAL.
- Chrysochoou, X. (2000) 'Memberships in a Superordinate Level: Re-thinking European Union as a Multi-national society', *Journal of community & Applied Social Psychology*, 10(5): 403-420.
- Cruz, A. C. D. & Arruda, A. (2008) 'Por um Estudo do Ausente: A Ausência como Objetivação da Alteridade em Mapas Mentais do Brasil', *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 8(3): 789-806.
- del Castillo, I. Y. & Herrera, G. (2007) *Nuevas Migraciones Latinoamericanas a Europa: Balances y Desafíos*, Flaco-Sede Ecuador.
- Deschamps, J. C. & Moliner, P. (2009) *A Identidade em Psicologia Social: Dos Processos Identitários às Representações Sociais*, Rio de Janeiro: Vozes.
- Doise, W. (1990) 'Les Representations Sociales' in Ghiglione, R., Bonet, C. & Richard, J. F. (eds.) *Traité de Psychologie Cognitive*, v. 2, Paris: Dunod, pp. 111-114.
- Doise, W. (1992) 'L'ancrage dans les Études sur les Représentations Sociales', *Bulletin de Psychologie*, 45: 189-195.
- Doise, W. (2002) 'Da Psicologia Social à Psicologia Societal', *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(1): 27-35.
- Doise, W., Clémence, A. & Lorenzi-Cioldi, F. (1992) *Représentations Sociales et Analyses des Données*, Grenoble: PUG.
- Doise, W., Deschamps, J. & Mugny, G. (1980) *Psicologia Social Experimental*, Lisboa: Moraes Editores.
- Farret, R. L. & Pinto, S. R. (2011) 'América Latina: Da Construção do Nome à Consolidação da Ideia', *Topoi*, 12(23): 30-42.
- Froese, F. J. (2010) 'Acculturation Experiences in Korea and Japan', *Sage Publications*, 16(3): 333-348.

- Gallucci, L. (2009) 'De la Era de la Revolución al Imperio de la Identidad: Interpretando la Modernidad en América Latina', *Perfiles Latinoamericanos*, 4: 141-178.
- Hasse, G (2007) "Meus Caros Pais": Uma Trajetória Migrante' in: Cunha, M. J. C. et al. (eds.) *Migração e Identidade: Olhares Sobre o Tema*, São Paulo: Centauro, pp. 75-90.
- Hogg, D. & Abrams, M. A. (1999) *Social Identifications – A Social Psychology of Intergroup Relations and Group Processes*, USA and Canada: Routledge.
- Howarth, C. (2002) 'Identity in Whose Eyes? The Role of Representations in Identity Construction', *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 32(2): 145-162.
- Jesuino, J. C. (2011) 'Um Conceito Reencontrado' in Almeida, A. M. O., Santos, M. F. S. & Trindade, Z. A. (eds.) *Teoria das Representações Sociais: 50 Anos*, Brasília: Technopolitik, pp.33-57.
- Jodelet, D. (2001) *As Representações Sociais*, Rio de Janeiro: Eduerj.
- Jodelet, D. (1989/2005) *Loucuras e Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Joffe, H. (1995) 'Eu Não, o Meu Grupo Não – Representações Sociais Transculturais da Aids' in Guareschi, P. & Jovchelovitch, S. (eds.) *Textos em Representações Sociais*, Rio de Janeiro: Vozes, pp. 297-322.
- Kaplan, M. (1994) 'Integración Internacional de América Latina: Aspectos Sociopolíticos', *Perfiles Latinoamericanos*, 4: 87-108.
- Marra, T. A. M. (2008) 'Integração Latino-americana e sua Inserção no Mundo Globalizado', *Revista Mosaico*, 1(2): 245-260.
- Martes, A. C. B. (2004) 'Nos EUA, O que Somos Nós? Latinos, Hispanics, Brancos ou "Others"?' in DeDiaggi, S. D. & Paiva, G. J. (eds.) *Psicologia, E/Migração e Cultura*, São Paulo: Casa do Psicólogo, pp. 97-110.
- Martine, G. (2005) 'A Globalização Inacabada: Migrações Internacionais e Pobreza no Século 21', *São Paulo Perspectiva*, 19(3): 3-22.
- Martín-Barbero, J. (2002) 'La Globalización en Clave Cultural: Una Mirada Latinoamericana' in *Globalisme et Pluralisme – Colloque International*, Bogue, Montreal.
- Moreno, J. D. & Moons, T. (2002) 'Representaciones Sociales, Identidad y Cambio', *Redes*, 10: 51-69.
- Moscovici, S. (2009) *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social*. 6. ed., Petrópolis: Vozes.
- Moscovici, S. (1961/2012) *A Psicanálise, sua Imagem e seu Público*, Petrópolis: Vozes.
- Oliveira, L. L. (2005) 'Diálogos Intermitentes: Relações entre Brasil e América Latina', *Sociologias*, 7(14): 110-129.
- ONU – Organização das Nações Unidas, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2013) *International Migration Report 2013*.
- Padilla, B. (2009) 'As Migrações Latino-Americanas para a Europa: Uma Análise Retrospectiva para Entender a Mobilidade Actual', *Revista Migrações*, 5: 19-35.
- Patarra, N. L. & Baeninger, R. (2006) 'Mobilidade Espacial da População no Mercosul: Metrôpoles e Fronteiras', *Rev. bras. Ci. Soc.*, 21(60): 83-102.

- Peixoto, J. (2012) 'Back to the South: Social and Political Aspects of Latin American Migration to Southern Europe', *International Migration*, 50(6): 58-82.
- Pellegrino, A. (2004) Migration from Latin America to Europe: Trends and Policy Challenges, *IOM Migration Research Series*.
- Phinney, J. S. & Alipuria, L. L. (2006) 'Multiple Social Categorization and Identity among Multiracial, Multiethnic and Multicultural Individuals: Processes and Implications' in Crisp, R. & Hewstone, M. (eds.) *Multiple Social Categorization: Processes, Models, and Applications*, Nova Iorque: Psychology Press, pp. 211-238.
- Quijano, A. (2005) 'Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina' in Lander, E. (ed.) *A colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-americanas*, Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, pp. 227-278.
- Ribeiro, D. (1995) *O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil*, São Paulo: Companhia das letras.
- Santos, B. S. (2003) 'Por uma Concepção Multicultural dos Direitos Humanos' in Santos, B. S. (ed.) *Reconhecer para Libertar: Os Caminhos do Cosmopolitismo Multicultural*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 427-461.
- Santos, M. F. S. (2005) 'A Teoria das Representações Sociais' in Santos, M. F. S. & Almeida, L. M. (eds.) *Diálogos com a Teoria das Representações Sociais*, Recife: Ed. Universitária da UFPE/Ed. Universitária da UFAL, pp.15-38.
- Sarriera, J. C., Pizzinato, A. & Meneses, M. P. R. (2005) 'Aspectos Psicossociais da Imigração Familiar na Grande Porto Alegre', *Estudos de Psicologia (Natal)*, 10(1): 5-13.
- Sá, C. P. (1998) *A Construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais*, Rio de Janeiro: Eduerj.
- Solis, L. R. (2000) 'Identidad Latinoamericana: Bases Epistemológicas y Proyecciones Éticas', *Revista de Psicología*, 9: 1-11.
- Souza, L. (2004) 'Processos de Categorização e Identidade: Solidariedade, Exclusão e Violência' in Souza, L. & Trindade, Z. A. (eds.) *Violência e Exclusão: Convivendo com Paradoxos*, São Paulo: Casa do Psicólogo, pp. 57-74.
- Tajfel, H. (1974) 'Social Identity and Intergroup Behavior', *Soc. Sci. Inf.*: 65-93.
- Tajfel, H. (1982a) *Grupos Humanos e Categorias Sociais I*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H. (1982b) 'Comportamento Intergrupo e Psicologia Social da Mudança' in Barroso, A. F. et al. (eds.) *Mudança Social e Psicologia Social*, Lisboa: Livros horizonte, pp. 13-24.
- Tajfel, H. (1982c) 'Social Psychology of Inter-group Relations', *Annual Review of Psychology*, 33: 01-39.
- Tajfel, H. (1983) *Grupos Humanos e Categorias Sociais II*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Tassara, E. T. O. & Rabinovich, E. P. (2007) 'Movimentos Migratórios na Metrópole de São Paulo no Século XXI: Um Estudo Quali-quantitativo', *Estudos e Pesquisas em Psicologia, (UERJ, RJ)*, 7(3): 502-520.
- Vala, J. (1993) 'As Representações Sociais no Quadro dos Paradigmas e Metáforas da Psicologia Social', *Análise Social*, 28(123-124): 887-919.
- Vala, J. (1997) 'Representações Sociais e Percepções Intergrupais', *Análise Social*, 32(140): 7-29.

Vala, J. & Castro, P. (2013) 'Pensamento Social e Representações Sociais' in Vala, J. & Monteiro, M. B. (eds,) *Psicologia Social*, 9ª Ed. Revista e Actualizada, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp.569-602.

Wiley, S. (2013) 'Rejection-identification among Latino Immigrants in the United States', *International Journal of Intercultural Relations*, 37(3): 375-384.